

fonte: Jornal do Brasil class.: C1R00309
data: 28/11/94 pg.: _____

Brasil recebe recursos do G-7 para demarcar área indígena

RONALDO BRASILIENSE

Trinta meses após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92), o Brasil, finalmente, vai ser beneficiado com recursos do Grupo dos Sete (G-7) para o Programa de Proteção das Florestas Tropicais. No dia 5 de dezembro, em Brasília, o ministro do Meio Ambiente, Henrique Cavalcanti, assinará um contrato com o Banco Mundial (Bird) e com o banco alemão KFW para a liberação de US\$ 22 milhões. O dinheiro será aplicado na demarcação e identificação de 114 áreas indígenas nos nove estados da Amazônia Legal.

A liberação de recursos do G-7 vai garantir que a maioria das reservas indígenas da Amazônia seja demarcada para posterior homologação pelo Ministério da Justiça — o que propicia a pro-

teção de milhares de hectares de florestas tropicais. “O G-7 e o Banco Mundial exigiram que o componente indígena fosse levado em conta para liberar os recursos”, comemora o sertanista Dinarte Madeiro, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

É a primeira vez, desde a Rio-92, que o governo brasileiro recebe verbas do exterior para proteção de florestas e demarcação de terras indígenas. Duas reservas chegaram a ser demarcadas com recursos externos, obtidos por organizações não governamentais: a área Ticuna, no Alto Solimões, e uma reserva caiapó entre os estados do Pará e Mato Grosso, onde a Fundação Mata Virgem, criada pelo roqueiro Sting e pelo cacique Raoni, investiu US\$ 1,2 milhão.

As áreas indígenas localizadas no Alto Rio Negro, Vale do Javari, Alto Tapajós, Mundurucu, Ticuna, reservas em Rondônia, Pará, Acre e até na Ilha do Bananal, no Tocantins, estão entre as reservas beneficiadas.

Segundo levantamentos da Funai, o governo brasileiro precisaria desembolsar US\$ 42 milhões para que todas as 577 áreas indígenas do país fossem regularizadas. Atualmente, apenas 51% das terras dos índios estão demarcadas. Quando o governo homologar todas as reservas, os 263 mil índios brasileiros ficarão com algo entre 10% e 11% do território nacional. Os recursos externos do G-7, Banco Mundial e do banco KFW também ajudarão a Funai a sair da situação de extrema penúria em que se encontra.